

Titanic negroiro

BRASIL

O BRASIL É UM NAVIO NEGREIRO EM DIRECÇÃO AO FUTURO. UM NEGREIRO, COM MILHÕES DE POBRES EXCLUÍDOS NOS PORÕES ? SEM COMIDA, EDUCAÇÃO, SAÚDE ? E UMA ELITE NO CONVÉS, USUFRUINDO DE ELEVADO PADRÃO DE CONSUNO EM DIRECÇÃO A UM FUTURO DESASTROSO.

O Brasil é um titanic negroiro: insensível aos porões e aos icebergs. Porque nossa economia tem sido baseada na exclusão social e no curto prazo.

Cento e quinze anos depois da abolição, nossa economia ainda trata o povo como se não fizesse parte dos seus objetivos, e vê o longo prazo como se não existisse. Nossa economia foi administrada de maneira insensível, para levar em conta as necessidades atuais do povo e os objetivos nacionais do futuro.

Durante toda a nossa história, o convés jogou restos para os porões, na tentativa de manter uma mão-de-obra viva e evitar a violência. Fizemos uma economia para poucos e uma assistência para enganar os outros. Nos tempos da escravidão, os textos econômicos ensinavam como, onde e por quanto comprar um escravo; como alimentá-lo ao menor custo, mantendo sua máxima rentabilidade; o limite das violências sem aleijá-lo; ao mesmo tempo, funcionavam como entidades protetoras dos escravos, mas que não defendiam a abolição.

O sistema escravocrata acabou, mas continuamos nos tempos da assistência, no lugar da abolição.

A economia brasileira, ao longo de nossa história, desde 1888 e sobretudo nas últimas duas décadas, em plena democracia, não é comprometida com a abolição. No máximo incentiva a assistência. Assistimos meninos de rua, mas não nos propomos a abolir a infância abandonada; assistimos prostitutas infantis, mas nem ao menos acreditamos ser possível abolir a prostituição de crianças; anunciamos com orgulho que diminuimos o número de meninos trabalhando, mas não fazemos o esforço necessário para abolir o trabalho infantil; dizemos ter 95% das crianças matriculadas, esquecendo de pedir desculpas às 5% abandonadas, tanto quanto se dizia, em 1870, que apenas 70% dos negros eram escravos.

Depois de cento e quinze anos, desde a abolição e a República, o Brasil tem um governo comprometido em mudar: da assistência à abolição. Construir uma economia da abolição. Uma economia que, no lugar de preocupar-se apenas com o crescimento da riqueza, trabalhe formulando caminhos para abolir a pobreza; que considere o desemprego uma tragédia a ser enfrentada, e não um desequilíbrio a ser descrito com frieza; uma economia que priorize a produção de alimentos para o povo dos porões e não para gerar divisas a serem usadas nas farras do convés. Uma economia que considere prioritários os gastos com educação e saúde.

Na época da escravidão, muitos eram a favor da abolição, mas diziam que não havia recursos para atender o direito adquirido do dono, comprando os escravos antes de liberá-los. Outros diziam que a abolição desorganizaria o processo produtivo. Hoje dizemos o mesmo em relação aos gastos com educação, saúde, alimentação do nosso povo. Os compromissos do setor público com direitos adquiridos não permitem atender às necessidades de recursos para educação e saúde nos orçamentos do setor público.

Uma economia da abolição tem a obrigação de zelar pela estabilidade monetária, porque a inflação pesa sobretudo nos porões do barco Brasil; não é possível tampouco aumentar a enorme carga fiscal que já pesa sobre todo o país; nem podemos ignorar a força dos credores. Mas uma nação com a nossa renda nacional, com o poder de arrecadação de nosso setor público, tem os recursos necessários para implementar uma economia da abolição, a serviço do povo, garantindo educação, saúde, alimentação para todos.

Nosso maior problema não está na falta de recursos, mas no vício de séculos de uma sociedade acostumada a viajar no convés, desprezando os porões, e satisfeita apenas com o exercício da assistência no curto prazo.

O Brasil elegeu um governo diferente em outubro de 2002, mas a verdadeira face deste novo governo só será eleita realmente no final de 2003, quando forem decididos os orçamentos do setor público. Só então vamos poder saber se o Brasil vai desviar do iceberg seu destino de titanic e vai começar a trazer para o convés a parte excluída de seu navio negroiro.

Para isso, o Brasil inteiro deve assumir a vontade de sair da assistência para a abolição, orientando os gastos públicos com a necessária radicalidade para atender às necessidades dos excluídos. A verdadeira vitória de um presidente não está na sua eleição, mas no orçamento que ele consegue aprovar depois de eleito. Na eleição ele aumenta seu currículo de político, no orçamento ele consolida sua biografia de estadista.

Diferentemente dos ditadores, dos reis e dos primeiros-ministros, a maior tarefa de um presidente da República é persuadir seu povo dos rumos do futuro para o seu país. O presidente Lula está nos persuadindo de que é tempo de sair da assistência para completar a abolição e sair de uma República com aristocracia para uma República de cidadãos: desviar do rumo do iceberg e trazer os pobres para o convés.